

Agenda Abong na Defesa da Democracia
“DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA
NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS”

22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2022
Oxfam Brasil - São Paulo/SP

Presentes: Anna (Abong); Athayde Motta (Ibase/Abong); Benilda Brito (Nzinga); Beto de Jesus (AHF); Candice Araújo (MROSC); Daniela Tolfo (Camp); Débora Rodrigues (Vida Brasil/Abong); Diogo Oliveira (Abong); José Carlos Dionízio (Profec); Erika Sanchez (Instituto ACP); Franklin (Abong); Gabriela (Abong); Gilvan Ferreira (Cedenpa); Graciela Medina (Abong); Henrique Botelho Frota (Instituto Pólis/Abong); Jhonatan Souto (Abong); José Moroni (Inesc); Juana Kweitel (Conectas); Juliane Cintra (Ação Educativa/Abong); Katia (PAD); Kátia Maia (Oxfam); Katia Pintor (CENDHEC); Keila Simpson (Anttra/Abong); Luana Mayra Chaves (CEERT); Monica Alkmin (MNDH); Nairobi Souza (Instituto Terramar); Rafael Schincariol (Instituto Vladimir Herzog); Raquel Catalani (Abong); Wladimir Cardoso (GTP+).

Contexto: Neste importante momento para a democracia no Brasil, a Abong, por meio de seus coletivos estaduais, tem construído e articulado uma agenda de ações em âmbito local, nacional e internacional. Uma delas foi a escrita do manifesto em defesa das OSCs, que pode ser acessado por este link: abong.org.br/nadefesadademocracia/. A partir da identificação de candidaturas progressistas espalhadas pelo país, iniciamos um processo de encontros convidando-os/as/es a assinarem esse manifesto e a se comprometerem, se eleitos/as/es, com a criação de uma frente ampla em defesa das OSCs. Sendo assim, a proposta desse encontro foi fortalecer essa mobilização, viabilizando, especialmente, a realização de um encontro nacional com essas candidaturas eleitas para pensarmos uma **agenda em defesa e promoção dos direitos humanos, dos bens comuns, da democracia e da participação popular**.

Objetivos do encontro:

- Fortalecer a atuação da sociedade civil brasileira;

- Identificar e nos conectar com as candidaturas progressistas que tenham vivência com o campo das OSCs;
- Construir uma frente democrática e progressista com uma agenda pós-eleição.

DIA 1 | 22 de novembro | MANHÃ

Na manhã do dia 22 de novembro de 2022, recebemos o deputado estadual Emídio de Souza (PT), integrante da equipe de transição do governo Lula que cuidará das propostas relativas a direitos humanos e migração, PCDs e população idosa. O deputado iniciou com um panorama geral sobre a campanha do Lula, que visou em primeiro lugar a recuperação da normalidade democrática no Brasil, sendo essa a primeira tarefa a ser realizada nesse período. Emídio pontuou as principais ações dos primeiros 100 dias de governo, que estão sendo reforçadas pela equipe de transição: 1) a reestruturação de políticas públicas; 2) a promoção de conferências para reabertura dos espaços de participação e 3) um “Revogaço”, com a derrubada de normas e medidas de todas as áreas do governo Bolsonaro, tendo em vista que a gestão atual utilizou-se de mecanismos para afastar a participação popular.

Nas reações, alguns pontos foram levantados, como: a preocupação com a realização dessas conferências sem uma revisão anterior de decretos; perguntou-se como a equipe de transição está lidando com as críticas aos governos anteriores do PT; de que forma o governo irá se empenhar para a real construção de uma democracia antirracista; como se dará o fortalecimento, a sustentabilidade e a garantia de existência da sociedade civil organizada; quais são os espaços de discussão que nós podemos estar; a necessidade da governabilidade estar vinculada à população e não ao parlamento; sobre o nosso pequeno poder de negociação com os institutos empresariais; e sobre o processo de militarização do Estado e paramilitarização das instituições.

DIA 1 | TARDE

Na parte da tarde, aconteceu a mesa de debate **“Aquilombar a Democracia”**, com as convidadas Benilda Brito (Nzinga), Mônica Oliveira (Rede de mulheres Negras de Pernambuco), Sheila de Carvalho (Coalizão Negra por Direitos) e a Ediane Maria (PSOL-SP).

O debate teve como objetivo nos fazer refletir sobre o nosso papel na radicalização da democracia. Sheila de Carvalho abriu a reflexão falando sobre a necessidade de mantermos a sociedade civil ativa para disputarmos com o bolsonarismo que continua persistente. Ressaltou também que a luta da pauta antirracista enquanto um caminho eleitoral, não foi vencida nessas eleições, devido à baixa eleição de candidaturas negras. O próprio campo da direita perdeu em suas candidaturas negras e isso mostra o quanto há uma escolha popular direcionada para a manutenção dos privilégios brancos. As vidas negras ainda não se tornaram uma escolha nas urnas. A deputada estadual eleita, Ediane Maria (PSOL-SP), afirmou que “aquilombar a democracia” é justamente garantir que as pessoas negras estejam presentes nos espaços de decisão. A democracia ainda não chegou na periferia, e para isso acontecer é preciso continuarmos lutando enquanto sociedade civil organizada. Enquanto houver fome e enquanto houver racismo, não haverá democracia. Benilda ressaltou que o primeiro passo para aquilombarmos a democracia é acabar com o epistemicídio. Precisamos partir da constatação que a democracia racial e a própria democracia sempre foram um mito, pois para que exista democracia é preciso que haja semelhança, e o racismo desumaniza as pessoas. Precisamos debater as ações afirmativas e o racismo ambiental, os orçamentos e espaços de poder. A perseguição às mulheres nos espaços de poder é muito forte, pois a branquitude se sente coagida devido a essa participação. Mônica Oliveira reforça que precisamos pensar na composição das assembleias legislativas, do Congresso Nacional (Bolsonaro elegeu 8 senadores). Um dos grandes fatores que seguiremos enfrentando é o “partido digital bolsonarista”, que tem muita capilaridade e fortalece uma grande máquina de desinformação. Ressaltou que não podemos estar em alianças subordinadas e que devemos lembrar sempre que quem dialoga com a população e coloca o povo na rua é o movimento negro, o movimento feminista e o movimento de juventudes. Precisamos estar presentes neste governo para que nossos direitos constitucionais sejam garantidos, desenhando e executando políticas que considerem gênero e raça.

O debate prosseguiu com mais considerações importantes, não só para esse momento de transição, mas para a realidade das nossas organizações, principalmente em relação aos seguintes pontos: a realidade de esvaziamento da sociedade civil organizada quando

seus/suas trabalhadores/as/es passam a ocupar cargos no governo; a necessidade de pautarmos a existência da sociedade civil e a forma como o MROSC vem sendo implementado; a necessidade de se pensar o fortalecimento de nossas organizações também a partir de dentro, a partir da perspectiva de enfrentamento ao racismo dentro das organizações, uma questão que precisa ser pensada principalmente pelas pessoas brancas; importância da promoção de estratégias de denúncia de violações contra mandatos das candidaturas negras e publicização do sucesso dessas candidaturas; compreender que a democracia que fomos capazes de construir ainda é muito limitada; importância da branquitude para puxar e fazer ecoar a urgência de enfrentamento ao racismo.

Pontos de reflexão:

- ✓ Qual o papel das organizações da sociedade civil para o fortalecimento das candidaturas negras eleitas?
- ✓ Não somos prioridade no orçamento, por isso precisamos ficar atentos para onde está sendo direcionado o dinheiro do governo – para as organizações que de fato atuam na defesa dos direitos humanos e ambientais ou para o “terceiro setor”?

DIA 2 | 23 de novembro

Na manhã do dia 23, houve a apresentação da carta “Que democracia queremos”, realizada por José Moroni (Inesc). A partilha se iniciou com a constatação de que o Parlamento há muito tempo vem se fechando, inclusive fisicamente, para o campo das organizações e dos movimentos. Na primeira quinzena de novembro, houve um encontro em Brasília para que nosso campo pensasse na construção de uma agenda de defesa dos espaços de participação. Foi elaborada uma carta destinada ao governo de transição, mas que tem um caráter atemporal, que até o momento não foi respondida e ainda está aberta a adesões de mais organizações da sociedade civil e movimentos sociais. A carta afirma que participamos ativamente no campo de direitos e reivindicamos que a diversidade das nossas pautas, como o combate ao racismo, os direitos reprodutivos, as terras indígenas, o Estado laico, entrem definitivamente nas agendas do Parlamento. Mais de 100 organizações já aderiram.

Ao longo do debate procurou-se responder às seguintes questões: 1) Como ampliar uma bancada no legislativo em defesa das OSCs?; 2) Como as OSCs podem liderar um processo de aglutinação das estratégias, mapeando parceiros e redes que estão pensando ações similares?; 3) Como defender o princípio de participação como mola-mestra deste governo e garantir o restabelecimento dos espaços de participação social?; 4) Qual vocês acham que deve ser o papel da Abong neste cenário político?

Sobre como fazer a conexão entre os governos estaduais e o governo federal, identificamos que é papel da Abong estimular o debate, compartilhar informações e elaborar atos estaduais a partir do que está sendo votado. Precisamos oferecer apoio técnico para que as novas lideranças eleitas que agora estão ocupando o Congresso possam transitar neste espaço protegidas e fortalecidas. Logo, precisamos nos mobilizar para fazer o embate em Brasília, mas também precisamos de informações técnicas para mobilização das bases. Pontuamos a questão da PL do Lobby, que se insere em torno dessas medidas que visam dificultar a participação da sociedade civil e a criminalização das nossas conversas. Diante desse quadro que estamos inseridos é que a ação “Ocupa Congresso” é importante. Os parlamentares tomarão posse no dia 1º de fevereiro e esta ação está sendo planejada para acontecer na semana seguinte, entre os dias 6-10 de fevereiro.

Ressaltamos que, para ocupar o Parlamento, é preciso também ocupar os estados e realizar essas discussões dentro dos estados. Para facilitar esse caminho, foi sugerido realizarmos um levantamento de todos os manifestos, cartas e recomendações que estão sendo elaboradas pelas organizações, instituições e movimentos sociais. Iremos socializar o documento assim que estiver pronto para que possa auxiliar a subsidiar essas discussões nos estados. Abordamos a questão da Frente Parlamentar em Defesa das OSCs, que precisa em alguma medida ser recriada e pensada para frente, não pautando apenas o MROSC, mas uma defesa mais ampla das OSCs e movimentos. Está sendo articulado um grupo de trabalho “não formal” para tratar da questão da participação dos movimentos e organizações, com uma função mais operativa, fazendo o diálogo com outros grupos de trabalhos. Sugerimos planejar, até o “Ocupa Congresso”, um mapa das frentes com os contatos de

parlamentares e movimentos com os quais poderemos dialogar futuramente. Não podemos deixar de acompanhar as agendas mais difíceis, como aborto, trabalho e exploração sexual.

Sobre o papel da Abong neste novo cenário político, identificamos que a Abong está ausente de alguns espaços de processamento político importantes, portanto, a Abong precisa estar mais ativa nesses espaços que constroem a agenda macropolítica. Identificamos que os espaços institucionais são importantes e precisamos nos atentar para a diversidade das OSCs que podem e conseguem estar nesses espaços. Sobre a participação em conselhos, identificamos que é preciso haver rotatividade por definição, com uma renovação geracional, racial e de gênero. Um dos papéis da Abong nesse sentido é alimentar esse debate sobre a rotatividade e a necessidade do surgimento de novas lideranças, com o fortalecimento também das novas organizações, pensando em como esses corpos podem entrar e fazer a representação nesses espaços. Devido a essa frente ampla “amplíssima”, será difícil fazermos esses debates. É preciso que a Abong identifique quais são os fóruns e espaços de representação que está inserida e que compartilhe internamente com as associadas. É momento de fazermos uma convergência entre as grandes agendas e ao mesmo tempo colocar essas novas organizações para ocuparem esses espaços, oferecendo o suporte necessário para que essas organizações se apropriem desses lugares de incidência.

É preciso considerar a importância de irmos para os territórios para efetivar a democracia, discutindo as reformas políticas nesses territórios. Nesse sentido, outro papel da Abong é o de formação política dos conselheiros e conselheiras, pois esses conselhos e conferências só fazem sentido se possuírem uma estratégia de luta social, articulação e mobilização. Metodologicamente, seria importante um encontro com lideranças comunitárias para debaterem sobre a importância e os desafios da participação. Foi sugerido que realizássemos também um levantamento de comunicadores/as populares nos territórios onde a Abong atua para nos articular e nos potencializar por meio da formação de uma rede de comunicação popular, que já houve na Abong mas agora está sendo construída por outros parceiros (Inst. Vladimir Herzog, FOPIR – mídia negra).

Encaminhamentos:

- **Definição da participação social que queremos:** luta pela retomada dos espaços de participação popular (conselhos, frentes parlamentares, fóruns, conferências etc.) e suas renovações internas, por modos virtuais de participação, por dados abertos do poder público, para uma participação com controle social e formulação de políticas pela sociedade civil, e por outros modos de participação;
- **Mapeamento das Frentes Parlamentares que dialoguem com as organizações da sociedade civil:** planejaremos, até o “Ocupa Congresso”, um mapa das frentes, das diferentes temáticas, com os contatos de parlamentares e movimentos com os quais poderemos dialogar futuramente para fazermos as incidências possíveis. Entendemos que precisamos estar mais próximos aos/às parlamentares eleitos/as/es que dialoguem com nosso campo, fortalecendo suas candidaturas e fazendo com que nossas pautas como o combate ao racismo, direitos reprodutivos e legalização do aborto, combate à exploração sexual, luta pelas terras indígenas, o Estado laico entrem definitivamente nas agendas do Parlamento;
- **Construção da agenda da Frente Parlamentar em Defesa das OSCs:** para que isso aconteça, iremos nos somar às demais organizações e movimentos sociais para fortalecermos o poder de atuação da sociedade civil brasileira no novo governo. Entendemos que ela precisa ser repensada neste novo contexto, não pautando apenas o MROSC, mas uma defesa mais ampla das OSCs e movimentos. Está sendo articulado um grupo de trabalho “não formal” para tratar da questão da participação dos movimentos e organizações, com uma função mais operativa, fazendo o diálogo com outros grupos de trabalhos;
- **Levantamento dos fóruns e espaços de representação que a Abong está inserida:** entendemos que a Abong precisa estar mais ativa nesses espaços que constroem a agenda macropolítica. Identificamos que os espaços institucionais são importantes e precisamos nos atentar para a diversidade das OSCs que podem e conseguem estar nesses espaços. A ideia é que a Abong compartilhe internamente esse levantamento com as associadas, oferecendo o suporte necessário para que essas organizações se apropriem desses lugares de incidência. Além disso, esses espaços políticos são espaços de formação, e existe um papel da Abong de alimentar esse debate sobre a

rotatividade, sobre a necessidade do surgimento de novas lideranças para fortalecimento de novas organizações;

- **Mobilização das discussões sobre participação nos estados:** para ocupar o parlamento é preciso também ocupar os estados e realizar essas discussões dentro dos estados. Estamos realizando um levantamento de todos os manifestos, cartas e recomendações que estão sendo elaboradas pelas organizações, instituições e movimentos sociais. Iremos socializar o documento assim que estiver pronto para que possa auxiliar a subsidiar essas discussões nos estados, além de alimentar o debate sobre a rotatividade e a necessidade do surgimento de novas lideranças para fortalecimento de novas organizações;
- **Fortalecimento de uma rede de comunicação popular:** para a radicalização da democracia e fortalecimento das candidaturas negras, indígenas, de mulheres e LGBTQIA+ eleitas, entendemos que é preciso promover estratégias de denúncia e publicização do sucesso desses mandatos. Buscaremos conectar ações em rede de comunicação popular nos estados e aquelas já realizadas por organizações parceiras para o fortalecimento desta rede.

*“Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
Você vai ter que ver a manhã renascer e esbanjar poesia”*

Chico Buarque